

# “CARIAPÉ”: UM CASO DE PADRONIZAÇÃO DE ERRO EM ARQUEOLOGIA

*Robert L. Carneiro*\*\*

## Resumo

Através dos escritos de Betty J. Meggers e Clifford Evans, “cariapé” ficou estabelecido na literatura arqueológica como o nome das cinzas de uma casca de árvore rica em sílica, largamente utilizada por índios amazônicos como tempero da cerâmica. Mas a grafia “cariapé” é um erro; a forma correta é “caraipé”. Evidência é apresentada para provar isso e a fonte do erro é então demonstrada.

Palavras-chave: Cariapé/ Caraipé, cerâmica, arqueologia amazônica.

## Abstract

Through the writings of Betty J. Meggers and Clifford Evans, “cariapé” has become established in the archaeological literature as the name of the siliceous bark ash used widely by Amazonian Indians to temper their pottery. But the spelling “cariapé” is an error; the correct form is “caraipé”. Evidence is presented to prove this, and the source of the error is then traced.

---

Traduzido por Denise Pahl Schaan (Universidade Federal do Pará).

\*\* Artigo originalmente publicado no *Journal of the Steward Anthropological Society*, vol. 6, n. 1, p. 71-75, 1974. Traduzido por Denise Pahl Schaan (Universidade Federal do Pará).

\*\*\* Curador do American Museum of Natural History, New York (USA).

Keywords: Cariapé/Caraipé, ceramics, Amazonian archaeology.

Muitas tribos indígenas da Amazônia temperam sua cerâmica com cinzas obtidas através da queima da casca de uma árvore do gênero *Licania*. Essa casca contém pequenos cristais de sílica que, livres da matéria orgânica que os circunda, proporciona um excelente material para tempero. O nome agora comumente utilizado por arqueólogos sul americanos para esse tempero é “cariapé”. Escrito dessa forma, o termo parece ter sido usado primeiro por Betty J. Meggers, em 1948, em seu artigo *The Archaeology of the Amazon Basin*, no *Handbook of South American Indian* - vol. 3 (Meggers, 1948:160). Desde aquela data, Meggers e seu companheiro, Clifford Evans, têm usado “cariapé” repetidamente em suas publicações, como, por exemplo, em *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon* (Meggers e Evans, 1957:81) e em *Archaeological Investigations in British Guiana* (Meggers e Evans 1960: 130, 168, 224, 310).

Porém, referir a esse tempero de casca de árvore como “cariapé” é um erro. A grafia correta do termo é “caraipé”. Mesmo assim, tem sido tão grande a autoridade de Meggers e Evans que seu erro vem sendo copiado sem questionamento pelos arqueólogos sul americanos que vieram depois deles, e é, hoje, normal na literatura. Mesmo Donald Lathrap, que desafiou Meggers e Evans em diversas questões relativas à pré-história Amazônica, silenciosamente aceitou a grafia “cariapé” (ver, por exemplo, Lathrap, 1970: 155, 156, 182).

O exemplo mais impressionante de todos, entretanto, sobre quão decisivamente Meggers e Evans afetaram seus colegas nessa matéria, se encontra nos escritos de Gordon R. Willey. Em 1949, em seu

artigo *Ceramics*, no volume 5 do *Handbook of South American Indians*, escrito antes de ele ter sido influenciado pelo uso feito por Meggers e Evans, Willey escrevia o termo corretamente, pois na página 143 de seu artigo ele escreveu: “Provavelmente o antiplástico mais comum usado na floresta tropical são as cinzas ricas em sílica da casca da árvore caraipé”. Mais de 20 anos mais tarde, entretanto, escrevendo no volume sul americano de sua *Introduction to American Archaeology*, encontramos Willey tão disposto a seguir Meggers e Evans que ele também agora chama esse tempero de casca de árvore de “cariapé” (Willey 1971: 404).

Aqui, então, temos um caso claro de uma “padronização do erro” na ciência.

Até agora simplesmente afirmei que a grafia “cariapé” é incorreta. Agora gostaria de demonstrar isso e, então, indicar como o erro parece ter surgido. A primeira prova a ser analisada é que “cariapé” não ocorre na literatura publicada antes do uso feito por Meggers e Evans, enquanto “caraipé” aparece. Se observarmos as fontes do século XIX, como Richard Spruce e Henry Walter Bates, por exemplo, encontramos seu uso atestando que a forma correta é “caraipé”. Após uma visita a uma aldeia indígena próxima de Belém do Pará, Spruce escreveu: “mostraram-me então a cerâmica com caraipé, que (...) era feita de partes iguais de uma argila fina (...) e de casca de caraipé calcinada (...)” (Spruce, 1908: 12). E Bates observou sobre a cerâmica feita pelos habitantes de Santarém: “para que os vasos possam resistir à queima, a casca de uma certa árvore, chamada caraipé, é queimada e misturada com a argila, o que confere tenacidade ao vaso (Bates 1892: 199).

Com relação às fontes mais recentes, encontramos o botânico Paul Le Cointe (1947) que em seu dicionário sobre as plantas úteis da Amazônia, tem um verbe-

te chamado “caraipé”, mas nenhum “cariapé”. E o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (Lima 1951) apresenta somente “caraipé”.

O caso para a correção da escrita “caraipé” está estabelecido sem nenhuma dúvida pela etimologia da palavra. Assim como muitas plantas e animais brasileiros, o nome comum para a árvore da qual a casca rica em sílica é obtida é de origem Tupi-Guarani. Consultando Ruiz de Montoya, em seu *Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani, ó mas bien Tupi* parece claro que “caraipé” é derivado de “cará”, ‘destro’ (=útil?) + ipê, ‘casca de árvore’ (Montoya 1876:89, 176).

Todas as evidências, então, convergem para mostrar que a escrita “cariapé” é um erro, e que a forma correta é “caraipé”. Mas como esse erro surgiu, em primeiro lugar? Meggers e Evans, eles próprios nos deixaram uma pista sólida para a resposta.

Anteriormente ao seu próprio trabalho na área, o maior especialista em cerâmica amazônica era Sigvald Linné. A monografia de Linné (1925), *The Technique of South American Ceramics*, apresentava uma análise detalhada da produção de cerâmica na América do Sul. Alguns anos mais tarde, em um artigo, intitulado *Contribution a l'étude de la Céramique Sudaméricaine*, publicado na *Revista del Instituto de Etnología de La Universidad Nacional de Tucumán*, Linné (1932) expandiu certas partes de seu trabalho prévio, com base em novos dados e posteriores análises laboratoriais.

Meggers e Evans, tinham, é claro, familiaridade com o trabalho de Linné, e em seu *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*, basearam-se nele. Descrevendo o antiplástico de “Camaipí Plain”, um tipo de cerâmica encontrado no território do Amapá, eles escreveram (1957: 81): “Tempero: Cariapé (cinza de

uma casca de árvore rica em sílica), e partículas finas de quartzo moído. Uma explanação do tempero de cariapé é mais bem dada por uma citação direta: (...)”. E eles prosseguem citando uma passagem do artigo de Linné de 1931, traduzindo-o ao inglês. Reproduzo aqui essa passagem, exatamente como aparece em Meggers e Evans:

Usualmente é dito que a casca é tirada da árvore cariapé. Esse nome me parece ser uma designação comum para várias plantas, como, por exemplo, Bignoniaceae, o gênero Moquilea e Licania utilis, Turiuva, etc. Desafortunadamente, nossas fontes não são explícitas a respeito da espécie da árvore em questão (...) (Linné, 1931:206-207).

Então, imediatamente após essa passagem, Meggers e Evans novamente citam Linné, desta vez a partir de *Technique of South American Ceramics*:

A casca é queimada, e a partir disso é moída e misturada à argila. A queima é feita com o propósito de remover os componentes orgânicos que, de outra forma, iriam diminuir a durabilidade dos vasos durante a queima (Linné, 1925:38).

Agora, se Meggers e Evans citaram a primeira passagem corretamente, então o erro inicial na escrita é de Linné. Mas eles não copiaram corretamente. Se examinarmos o original, encontramos que Linné escreveu “caraipé”, não “cariapé”. Além disso, se lemos o restante da página 38 da monografia de Linné de 1925, da qual Meggers e Evans citaram a segunda passagem, encontramos, novamente, Linné escrevendo “caraipé”, não “cariapé”.

O que parece ter acontecido foi isso: aparentemente, por não estarem familiarizados com o termo “caraipé” quando pela primeira vez o encontraram nos escritos de Linné, Meggers e Evans o transcreveram incorretamente. Além disso, parece que nunca checaram sua transcrição, e

então falharam em descobrir o erro. E havendo ocasião de referir a esse tipo de tempero muitas vezes desde então, eles repetiram e, portanto, agravaram seu erro. Mais ainda, os arqueólogos sul americanos que os seguiram eram limitados em seu conhecimento da etnologia e botânica Amazônica, ou tão intimidados pela autoridade de Meggers e Evans que falharam em questionar a grafia do termo. Logo, a maneira incorreta “cariapé” gradualmente se tornou estabelecida na literatura.

Uma questão final permanece: esse erro está tão arraigado agora para ser corrigido? Acho que não. Ou, pelo menos, eu detestaria acreditar que é muito tarde para

corrigir um erro tão óbvio. O mesmo cuidado meticuloso que guia arqueólogos em suas escavações deveria ser regra em matérias de terminologia. Dou-me conta, é claro, que para algumas pessoas essa questão pode parecer, quase literalmente, uma questão menor, e, portanto, não valeria a pena o trabalho de retificá-la. A esses eu diria que, se os padrões de correção científicos são relaxados em uma instância, certamente serão relaxados em outras. E os arqueólogos devem valorizar altamente a acurácia científica para deixar sem correção um pequeno erro, uma vez que esse tenha vindo à tona.

